VII Simpósio Nacional de História Cultural
HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO, LEITURAS E RECEPÇÕES
Universidade de São Paulo – USP
São Paulo – SP
10 e 14 de Novembro de 2014

A CIDADE MEDICALIZADA: TERESINA SOB O SIGNO DA MODERNIZAÇÃO EM 1937-1945

Iêda Moura da Silva*

Ao analisar a historiografia brasileira no âmbito da saúde, observa-se que desde a escrita de uma história legitimadora do presente e carregada de sentido político do século XIX até os dias de hoje, vem sofrendo um processo de renovação historiográfica. A partir dessa revirada historiográfica, as relações entre saúde, doença e medicalização[1] se constituem como fenômeno histórico, respaldado em uma nova história cultural, interdisciplinar e antropológica sentidas desde meados do século XX. No entanto, a historiografia da saúde e da doença vem sendo abordada por historiadores, antropólogos, sociólogos, intelectuais dentre outros, como experiência histórica de uma determinada sociedade. Mediante um viés cultural, influenciado pela antropologia tem-se permitido estudos sobre políticas de saúde; sobre as práticas e praticantes de cura; sobre as dimensões sociais e culturais das doenças e suas representações, entre outros trabalhos. Nesse sentido o campo historiográfico sobre a saúde, vem sendo alargado por trabalhos produzidos em cursos de graduação, mestrado e doutorado, além de livros publicados. Acerca do assunto, Gilberto Hochman e Diego Armus em: *Cuidar, Controlar, Curar:* ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe, analisam os

* Mestre em História do Brasil (UFPI)

[1] Prática médica sanitarista implantada no século XIX e início do XX, no qual suas funções perpassavam o simples ato de receitar remédios chegando a disciplinar a cidade e o corpo de cada indivíduo.

processos de saúde-doença e medicalização no mundo moderno e periférico da América Latina e Caribe. Para os autores,

> A medicalização de nossas sociedades implicou relações intrinsecamente hierárquicas e disciplinadoras, e com subordinações múltiplas a produção de conhecimento, as estratégias de controle, os atos de cuidar e as práticas de cura portam também dissonâncias, consensos, diluições, ambigüidades, recriações e positividades. [...] A doença e a saúde como objetos nessas dimensões são também recursos analíticos para se abordar de dilemas e questões cruciais da história e das sociedades latino-americanas e caribenhas (HOCHMAN & ARMUS, 2004:19).

Mediante a análise de uma história sócio-cultural que toma a saúde e a doença como foco de reflexão, observa-se que a doença se estrutura a partir de um lócus social. Desse modo, a medicina social surge a partir da política de saúde pública de interesse do Estado, viabilizando então suas práticas no âmbito das sociedades. Para Michel Foucault, um dos principais teóricos utilizados pela historiografia acerca da saúde, a medicina social se fazia presente no espaço urbano, pois se "baseava no sentido de controlar os meios considerados infecto-contagiosos, e como a cidade para essa medicina urbana era um local de propagação de doenças, daí a necessidade de medicalização do meio urbano" (FOUCAULT, 1979:95).

Segundo o pensamento foucoultiano, a história da saúde pública enfatiza o poder do Estado, das instituições políticas e saberes científicos na área da saúde, que acabam se constituindo como instrumento de controle social e construtores de uma identidade nacional. Porém, o processo de estruturação e institucionalização da política de saúde pública no país inicia-se a partir da implantação do regime republicano em 1889. Nesse período, o governo republicano adotou uma política de saúde que visava à salubridade[2] das cidades em detrimento da saúde individual e coletiva. A saúde da população preocupava o Estado, quando esta representava uma ameaça à cidade e aos interesses particulares dos governantes locais que pregavam discursos de modernização e progresso. Com isso, as questões médicas e sanitaristas tornaram-se metas de governos estaduais e federais da República Velha, que visavam à implantação de uma ideologia modernizadora para o país. Através dessa política intervencionista e social do governo federal, as políticas de saúde pública se constituíram num discurso nacionalista e de integração das

[2] Entende-se por salubridade algo conveniente ou benéfico à saúde, no caso lugar saudável.

cidades. Em *A era do saneamento*: as bases da política de saúde pública no Brasil(HOCHAMAN,1998), revela que:

> A centralidade assumida pelas políticas de saúde pública e saneamento no Brasil da primeira república se desembocou no processo de construção do Estado Nacional. Essas políticas são cruciais paro o alargamento da presença do Estado na sociedade e território brasileiro (HOCHAMAN, 1998:241).

De acordo com Hochman, as políticas de saúde pública na primeira República, favoreceram a formação de um país integrado a essas políticas nacionais que fortalecia ainda mais o poder público. Isso se deve, ao combate de doenças transmissíveis e da insalubridade em que se apresentavam algumas cidades na época. Diante dessa realidade, houvera relações entre governo federal e estadual, ao favorecer, porém, o não isolamento das capitais brasileiras.

Nesta perspectiva, podemos dizer que as epidemias sentidas na primeira República vieram a formar uma sociedade nacional, redefinindo, assim, o espaço político e territorial. Ao seguir estas concepções:

> A doença acabara por igualar e conectar os seres humanos e suas comunidades, em uma ampla cadeia de mútua "dependência" [...]. Nesse sentido, a consciência social correspondia à percepção de que [...] os ricos, não estavam mais isentos de efeitos negativos produzidos pelos membros menos afortunados da sociedade(HOCHAMAN,1998:29).

A condição de saúde pública no Brasil desde o período provincial até o republicano apresentava de forma precária. Os surtos de epidemias como varíola, febre amarela, cólera, sífilis, etc., espalhavam-se por varias regiões atingindo sociedades paulistas, e especificamente teresinenses, dentre outras. Segundo os discursos de médicos sanitaristas do período, o país se caracterizava como um imenso hospital com seus respectivos enfermos, no qual o aspecto de insalubridade do meio ambiente era responsável pela proliferação das epidemias, ou seja, o meio influenciava e interagia sobre a saúde da população a partir do clima, do sol e da água.

Nessa perspectiva, a ineficiência de um saneamento básico nas cidades brasileiras como: rede de esgoto, coleta de lixo, abastecimento de água, calçamento de ruas dentre outros, ocasionavam a proliferação das doenças. E para suprir essa deficiência na infra-estrutura, os gestores públicos direcionavam-se os seus objetivos nas reformas urbanas, para o melhoramento da higienização do espaço urbano. Contudo, as instituições

na área da saúde pública agiram em conjunto com as práticas de urbanização e higienização sentidas por algumas cidades que almejam serem modernas. Em relação a essa questão, pode se destacar a cidade de Teresina no período do Estado Novo entre 1937 a 1945.

No entanto, ao tomar como base a história das políticas de saúde e da doença no Brasil na Primeira República, percebe-se a condição da saúde pública piauiense, onde obteve a incorporação dos médicos sanitaristas aos interesses do Estado em combaterem surtos de doenças como varíola, febre amarela, cólera, dentre outras na capital do Piauí entre o final do século XIX e início do XX. De acordo com essa abordagem, uma das doenças que marcaram a memória da sociedade piauiense foi à varíola, por ter atingido um caráter epidêmico na época, levando o medo a se estabelecer no imaginário da sociedade piauiense, devido o número de mortes registradas.

A partir do surto de tais doenças detecta-se o surgimento das políticas de saúde pública em Teresina, que implantou medidas preventivas como dietas, higienização das casas, ruas, praças e medicamentos direcionados "aos pobres desvalidos" acometidos de varíola. Na tentativa da medicina preventiva de combate a varíola, estava a vacinação, que na época era considerada por alguns médicos, de grande relevância para a extinção da doença. De acordo com a autora, "mesmo assim, o sentimento de medo ainda se fazia presente no imaginário coletivo piauiense. Aqueles vacinados contra varíola eram submetidos à dieta." (ARAÚJO, 1995:23).

A condição da saúde pública em Teresina desde da Primeira República, apresentava-se de forma de forma precária, mas a partir de 1920 iniciou-se no Piauí a construção de uma cultura sanitarista de forma mais organizada. Portanto, entre os séculos XIX e as primeiras décadas do século XX, ocorreu uma medicalização da sociedade teresinense, mas de forma a atender momentos de calamidades. Assim:

> Em Teresina nas décadas de 1910 e 1920, surgem [...] instituições públicas de saúde com caráter de agências estaduais mais amplas e permanentes que passam a controlar a população em geral de forma preventiva assim como combater focos de doenças (FILHO, 2000:48).

Ao analisar a citação acima, observam-se o surgimento de comissões compostas por médicos, delegados de polícia e presidente da Câmara Municipal em orientar a população em relação ás regras de higiene para a cidade de Teresina. Assim, os administradores deste espaço urbano através de leis fiscalizadoras buscavam controlar a

sociedade com normas e posturas na qual deveriam seguir. Surgia então, a implantação de um novo Código de Posturas Municipal em 1939 ao marcar o desejo de regularizar muitas atividades e condutas da cidade, e diante dessas normas e práticas de uma medicina social urbana, o cotidiano da população foi alterado. Segundo o artigo 113 e parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do Código de Posturas que proíbe:

> Estender roupas ou outros objetos a enxugar ou arejar, limpar vasilhas, escamas ou tratar peixes; matar ou pelar animais. Ferrar, sangrar ou fazer qualquer curativo o qual o animal exceto em caso de urgência; lavar madeira; desencaixotar mercadoria; cozinhar, torrar café; estender couros; sacudir tapetes, esteiras ou coisas semelhantes; lançar nas ruas, praças ou jardins públicos e terrenos baldios papéis, vidros, imundices, águas servidas, objetos imprestáveis, animais doentes ou mortos; estender, colocar tapetes, capachos, roupas etc., nas sacadas e janelas que sejam visíveis em vias (DIÁRIO OFICIAL, 1939:04).

Com base em relatórios de médicos sanitaristas, a cidade de Teresina apresentava na época condições de vida precária, com ineficiência na infra-estrutura básica de abastecimento ampliada de água potável, postos de saúde sem aparelhamento necessário para o atendimento dos doentes e uma sujeira predominante nas ruas da cidade. Todavia, é relevante ressaltar que desde o período provincial até o republicano o Piauí sofrera com as condições precárias de saúde pública, vendo-se, algumas vezes, na situação de pedir auxilio de outros estados para combater doenças coma a varíola, por exemplo, no início do século XX. O problema era que, em Teresina existia apenas um hospital, a Santa Casa de Misericórdia que mesmo com precárias condições como estabelecimento de saúde, prestava relevantes serviços aos desvalidos não só do Piauí como de outros estados visinhos, a exemplo do Maranhão.

A imagem até então decadente desta instituição de saúde em Teresina que atravessou todo o período provincial até os anos inicias da República, veio a contrastar com a construção do moderno hospital da capital, Getulio Vargas, na década de 1940. Nessa conjuntura, a implantação dessa instituição de saúde na gestão do interventor federal Leônidas de Castro Melo, veio a demonstrar a reafirmação do poder do Estado Novo ao invés do bem estar da sociedade teresinense na época.

A falta de higienização do espaço urbano levou a preocupação das autoridades locais em vigiar casas de diversão, hotéis, comércios e outros, considerados habitações de possíveis contaminações. Deste modo na capital piauiense desde o final do século XIX havia inúmeras casas de palhas na qual segundo o Código de Posturas de 1939

representavam um perigo para a vida urbana, pois essas habitações, comparadas aos cortiços do Rio de Janeiro e São Paulo eram vistas como propiciadoras de doenças, assim, devido aos seus aspectos de insalubridades suas construções na cidade foram proibidas.

A idéia de afastar as casas de palhas das proximidades da zona central de Teresina estava relacionada ao projeto de uma capital moderna, limpa e sadia como desejavam intelectuais afins ás questões de saúde. Nessa perspectiva muitas casas de palha foram incendiadas, pois além de não embelezar a cidade, essas casas não seguiam o ideário de modernização comum nas grandes metrópoles do país na época. Portando, alguns jornais noticiavam os incêndios com o caráter criminal, assim aponta Nascimento:

> A imprensa divulga sistematicamente o discurso que a policia criou: os incêndios eram criminosos. "As mãos assassinas", "incendiários", "a crueldade dos incendiários" são expressões que fazem parte das noticias veiculadas pelos jornais (NASCIMENTO, 2002:244).

Mediante essa breve discussão acerca da saúde e da doença no Brasil, e especificamente em Teresina, se pode constatar que no século XX, as concepções a que se refere às políticas da saúde pública se modificaram. Isso porque a saúde como fenômeno histórico, social e cultural estava inserida no discurso nacionalista e de integração do país, por parte de gestores públicos que estavam direcionados a uma ideologia de progresso e modernidade da primeira República. No entanto, a saúde nas primeiras décadas do século XX, já se constitui como um bem público carregado da dimensão política. A assistência médica a partir dos anos 1930, ou seja, no Estado Novo, adota um modelo institucional de prestações de serviços de saúde definida por estratégias políticas. Para a autora Fonseca, em *Política e saúde:* diretrizes nacionais e assistência médica no Distrito Federal no pós- 1930, diz que:

> No caso da assistência médica a partir dos anos 30 do último século, dois aspectos são essências para a compreensão das características que esse desenho institucional assumiu e suas interações com a esfera política: a relação entre governo federal e os estados e municípios; e a relação entre saúde pública e assistência médica, a forma como essas duas dimensões da prestação de serviços foram definidas (FONSECA, 2008:91).

Em contrapartida, as ações da política de saúde pública no governo Vargas a partir de 1930, eram engendradas como bem coletivo que dependia principalmente da estrutura de serviços de saúde que paulatinamente foram sendo organizado pelo o poder executivo junto aos estados e municípios que investiam na área da saúde pública.

Observa-se, "Um grande investimento nesse campo durante todo o primeiro governo Vargas. Um amplo arcabouço institucional foi planejado, organizado e gradativamente implementado, possibilitando a constituição de serviços de saúde abrangente em diversos estados do país". (FONSECA, 2007:56).

Merece atenção, entretanto que para compreender a adoção de um modelo institucional de prestação de serviços de saúde na década de 1930, é preciso que se tenha claro a política ideológica varguista, que traduziu suas prioridades e estratégias para alcançá-las. Além disso, o desempenho institucional adotado pelo governo federal expressou também estreitamento na relação política entre a esfera pública, como a população e autoridades governamentais, na qual a sociedade usufruiria deste bem público, que era a saúde.

Alguns aspectos são cruciais para se entender a estrutura institucional em que a saúde pública no Brasil assumiu no período do Estado Novo. Nesse caso, uns dos aspectos foram às relações que se estabeleceram entre o governo federal com os estados e municípios, mediante uma política de prestações de serviços de saúde e assistência médica que foram sendo definidas no decorrer do tempo.

Tendo tais referências como ponto de partida, a pesquisa segue dando destaque a implementação e atribuições institucionais no campo da saúde pública em Teresina no Estado Novo com a criação do Departamento de Saúde Pública (DSP) em 1938. Assim, foi preciso desenvolver um diálogo com os fatores de mudanças que ocorreram na política de saúde pública em sua esfera federal. Este diálogo se processou em sua dimensão política, presente na interventoria estadonovista no Piauí, onde Leônidas de Castro Melo como represente maior do mesmo, atribuíram normas e regras impostas pelas diretrizes ao funcionamento do serviço público em área nacional para a cidade de Teresina na época.

Com a atuação do DSP no Piauí, a saúde pública veio a se concretizar no seio da sociedade, através da educação sanitária, pesquisas ao que referiam às questões de saúde, o serviço de estatística demógrafo-sanitário do estado, a investigação epidemiológica de doenças transmissíveis e sua profilaxia, além da ação fiscalizadora da policia sanitária. Dentre os executores destas atividades na área da saúde pública, destacaram-se médicos, engenheiros, farmacêuticos, dentistas, enfermeiras-visitadoras, guardas, auxiliares de consultórios e outros funcionários do departamento de saúde pública do Piauí.

Outro movimento institucionalizador da saúde pública foi à criação do Instituto de Assistência Hospitalar do Estado do Piauí em 1941, cuja função principal era administração direta do hospital Getúlio Vargas e de todos os outros hospitais estaduais estabelecidos em outras cidades, assim como a elaboração e execução de um plano hospitalar para todo o Estado. Portanto, com a construção do hospital Getulio Vargas na cidade de Teresina em 1941 no governo de Leônidas Melo, possibilitou em parte, a concretização da política de modernização da rede hospitalar do país no Piauí. Para os críticos da época, o hospital Getulio Vargas apresentava instalações e equipamentos modernos, além de dispor de uma área significativa para prestar assistência médica à sociedade piauiense.

> Dentre as diversas construções a se inauguram hoje, merece especial destaque o "O Hospital Getúlio Vargas". Um nosocômio de apreciáveis proporções, dotado de todo conforto, que hoje abrirá as suas portas acolhedoras, apto a receber no seu seio aqueles que buscam lenitivo para os seus males materiais.[ ] Uma secção para pensionistas, com quartos e apartamentos, tudo muito bem aparelhado, se encontra no luxuoso hospital. Além dos serviços naturais, como, por exemplo: farmácia, laboratório, serviço anátomo patológico, se vê próximo ao monobloco uma boa capela para os serviços religiosos e a casa das Irmãs. O Hospital Getúlio Vargas se acha enquadrado em jardins gramados e arborizados, dando ao conjunto um aspecto alegre e agradável. (DIÁRIO OFICIAL, 1941: 5)

Porém, a implantação da política de saúde pública nacional permanece no período do Estado Novo, e a partir dessa política intervencionista foi possível rememorar as mudanças no cotidiano de algumas cidades, oriundas de normas e práticas de uma medicina social, voltada a higienização pública. Nessas perspectivas, os discursos sobre as políticas de saúde pública podem ser pensados, também, como construção do espaço urbano. Isso porque, as propostas de modernização das cidades se realizaram através da urbanização que possibilitou o pensar, sentir e denunciar o urbano além de mudanças e tensões sócio-cultural de sociedades brasileiras na época. Nesse sentido, este artigo tem a sua relevância ao alargar o conhecimento de alguns pesquisadores acerca dessa temática, e apontar outras perspectivas a serem pensadas sobre a saúde e a doença na historiografia piauiense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. O fantasma das epidemias. *Cadernos de Teresina*, ano 19, n. 21, dez. 1995.

ARMUS, Diego; HOCHMAN, Gilberto. *Cuidar, controlar, curar*: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

DIARIO OFICIAL. *Código de Posturas de 1939*. Teresina: 18 de maio de 1939, p. 04.

FILHO, Antônio Melo. *Teresina:* a condição da saúde pública na Primeira República (1889-1930). 2000. Dissertação (Mestrado em História)/Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

FONSECA, Cristina Maria Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945)*: dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

FONSECA, Cristina Maria Oliveira. Política e saúde: diretrizes nacionais e assistência medica no Distrito Federal no pós-1930. In: PÔRTO, Ângela; SANGLARD, Gisele; FONSECA, Maria Rachel Froés da; COSTA, Renato da Gama Rosa (Orgs.). *Historia da saúde no Rio de Janeiro*: Instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

FOUCALT, Michel. O nascimento da medicina social. In: *Microfisica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec Anpocs, 1998.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo*: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

DIÁRIO OFICIAL. Policia *Sanitária do Interventor Federal do Piauí*. Teresina, 03 de Maio de 1941, Ano XI pg. 05, e de 30 de Agosto de 1941, pg. 04.

SILVA, Márcia Regina Barros da. O Processo de urbanização paulista: a medicina e o crescimento da cidade moderna. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, UNIFESP, v. 27, n. 53, p. 243-266, 2007.